

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARGANIL

DECLARAÇÃO AMBIENTAL

JUNHO 2015



Data de aprovação

_____, ____ de _____ de _____

O Presidente da Câmara Municipal de Arganil

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
1. A FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS E O RELATÓRIO AMBIENTAL FORAM INTEGRADOS NO PLANO	4
2. CONSULTA PÚBLICA.....	8
2.1. Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º	8
2.2. Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º (Estados Membros da União Europeia).....	13
3. AS RAZÕES QUE FUNDARAM A APROVAÇÃO DO PLANO À LUZ DE OUTRAS ALTERNATIVAS RAZOÁVEIS ABORDADAS DURANTE A SUA ELABORAÇÃO	13
4. AS MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS	16

NOTA INTRODUTÓRIA

A revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Arganil foi aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Junho de 2015.

A presente Declaração Ambiental (DA) foi desenvolvida com base no estipulado no Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) onde constam os elementos que devem ser incluídos na Declaração Ambiental, designadamente:

- A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no plano;
- As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações;
- Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º (Estados Membros da União Europeia);
- As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas (em conformidade com o disposto no artigo 11.º).

1. A FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS E O RELATÓRIO AMBIENTAL FORAM INTEGRADOS NO PLANO

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) implicou um primeiro momento de definição do âmbito, que permitiu configurar os temas fundamentais em avaliação que integraram os Fatores Críticos de Decisão (FCD). Nesta fase da AAE, tomando como elementos de base os **Fatores Ambientais** (FA) que se expressam nas características intrínsecas do território em questão, realizou-se uma análise focada na interação das **Opções Estratégicas** (QE) da proposta de revisão do PDM de Arganil com os objetivos do **Quadro de Referência Estratégico** (QRE) preconizado para a proposta de revisão do PDM. Com esta análise foi determinado o grau de convergência dos objetivos estratégicos do PDM com os objetivos de ambiente e sustentabilidade preconizados nos diversos instrumentos de política ambiental que integram o QRE. Identificaram-se as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguraram determinantes para o objeto em análise, a proposta de revisão do PDM de Arganil, tendo as mesmas sido integradas nos **Fatores Críticos de Decisão**, por forma a contribuir para

o processo de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na execução da revisão do PDM de Arganil.

Desta forma, foram definidos como FCD a analisar no âmbito da AAE, que reuniram os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que serviram de base para a tomada de decisão:

- **Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade;**
- **Biodiversidade e Conservação da Natureza;**
- **Património Cultural e Turismo**
- **Qualidade Ambiental;**
- **Riscos Ambientais.**

Atendendo ao Relatório de Fatores Críticos desenvolvido e aos pareceres emitidos pelas entidades consultadas com responsabilidades ambientais específicas, foi elaborado o Relatório Ambiental e o Resumo Não Técnico.

A metodologia de AAE adotada, no âmbito da elaboração do Relatório Ambiental, para a caracterização de cada um dos FCD definidos, envolveu a integração dos seguintes elementos:

- Caracterização da situação existente e análise das principais tendências na ausência da execução do Plano;
- Análise dos efeitos esperados pela execução do Plano;
- Avaliação estratégica de oportunidades e ameaças;
- Proposta de um programa de seguimento, com diretrizes para planeamento, monitorização e gestão;
- Estabelecimento de um quadro de governança para a ação;
- Orientações para o estabelecimento de um plano de controlo para acompanhamento do processo.

Da análise de cada um dos Fatores Críticos de Decisão resultou ainda a indicação da necessidade de integração de algumas questões ambientais consideradas importantes, nos objetivos estratégicos do próprio plano.

Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos estratégicos inerentes à revisão do PDM de Arganil, que se encontram expressos nos elementos que acompanham a proposta de revisão do PDM, integram domínios de carácter ambiental, social e de ordenamento do território considerados relevantes e convergentes com uma política de sustentabilidade inspirada nos referenciais estratégicos definidos no âmbito da AAE (Quadro 1).

Quadro 1 – Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Arganil (Fonte: adaptação dos estudos setoriais que suportam a proposta de revisão do PDM de Arganil)

Opções Estratégicas	Objetivos Estratégicos
Fortalecer e dinamizar a Economia do Concelho	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a qualificação do emprego e a manutenção de níveis de oferta de emprego atrativos e fixadores da população; • Incentivar dinâmicas empresariais locais; • Criar condições de atratividade para a atividade industrial qualificada e incentivar a sustentabilidade das atividades industriais, promovendo a adoção de princípios de eco-eficiência e de ecologia industrial; • Melhorar as acessibilidades; • Favorecer o acesso às novas tecnologias de comunicação; • Criar oportunidades para novos investimentos suportados no potencial associado à fileira florestal.
Requalificação Territorial e Urbana e Coesão Social	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver iniciativas que visem reestruturar o território urbanizado; • Promover o acesso a serviços e equipamentos de utilização social; • Valorizar a dimensão da qualidade de vida e social; • Investir nas redes de saneamento e otimizar o sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos.
Potenciar o Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Apostar no Turismo e no Lazer definindo uma estratégia de turismo sustentável com forte relação com o ambiente natural, valorizando os recursos naturais, culturais e históricos, ambicionando criar novas bases de economia local.
Valorização e Preservação dos Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir e preservar os recursos florestais de forma a minimizar as suas vulnerabilidades e potenciar a sua diversificação e utilização; • Garantir a manutenção e preservação na utilização dos recursos hídricos, salvaguardando as suas funções naturais; • Garantir a conservação dos recursos naturais de forma a minimizar os efeitos da ocorrência de inundações e/ou cheias garantindo a salvaguarda de pessoas e bens.
Potenciar a Imagem e a Identidade Concelhia	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar os valores naturais e os valores culturais, patrimoniais e históricos da sua população que sustentem o desenvolvimento de uma imagem forte do concelho.

Salienta-se que, para além de se verificar o atendimento das questões de sustentabilidade ambiental nos objetivos estratégicos expostos no plano, as matérias ambientalmente significativas encontram-se transpostas para os elementos do plano com caráter vinculativo, designadamente no seu regulamento.

Neste contexto, importa evidenciar que dos "*Instrumentos de Gestão Territorial a observar*" inseridos no Artigo 4.º do regulamento da revisão do PDM, constam o PEASSAR II (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais), o PNUEA (Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água) e a ENEAPAI (Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais).

Por outro lado, relativamente às “Zonas Inundáveis ou ameaçadas pelas cheias” (Artigo 16.º), o regulamento prevê o seguinte:

“1. Consideram-se zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias as áreas contíguas à margem dos cursos de água que se estendam até à linha alcançada pela maior cheia com probabilidade de ocorrência num período de retorno de 100 anos.

2. Nas zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias que integram o perímetro urbano e se encontram identificadas na Planta de Ordenamento classificada não são admitidas:

a) Operações urbanísticas de construção qualquer que seja o seu fim, exceção feita a obras de reconstrução ou alteração, que configurem condições de segurança e salubridade, desde que acima da cota local de máxima cheia;

b) Alteração do sistema natural de escoamento por obstrução à circulação das águas;

c) Realização de obras que impliquem alterações das características naturais das zonas ou da foz das ribeiras;

d) Destruição do revestimento vegetal ou alteração do relevo natural;

e) Instalação de vazadouros, lixeiras ou parques de sucata.

3. Nestas áreas a cota dos pisos inferiores das edificações deve ser sempre superior à cota local da máxima cheia conhecida”.

Existe ainda no regulamento uma secção específica (Secção V) que diz respeito à “Estrutura Ecológica Municipal” (EEM). De acordo com o articulado no n.º 1 do Artigo 19.º, “A estrutura ecológica municipal é constituída pelo conjunto de áreas que, em virtude das suas características biofísicas e culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rurais e urbanos”, sendo que, de acordo com o n.º 2 do Artigo supramencionado, “constitui a Estrutura Ecológica Fundamental áreas da Reserva Ecológica Nacional, as albufeiras das Fronhas, Rei dos Moinhos e Alto do Ceira, os leitos dos cursos de água, a Reserva Agrícola Nacional e os espaços verdes urbanos”.

O regulamento contempla ainda, na alínea c) do n.º 5 do Artigo 27.º, relativamente a instalações agropecuárias, o seguinte articulado: “nas novas instalações agropecuárias deve garantir-se a criação de uma “cortina arbórea” de isolamento e proteção na envolvente da área edificada, através de arborização por espécies de folha perene, e ainda observar as orientações constantes na Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI)”.

De salientar, ainda, que a integração de questões de sustentabilidade ambiental no Plano foram asseguradas através da definição de um Plano de Controlo que força a aplicação de medidas de sustentabilidade na fase de execução do plano. Neste contexto, acresce a importância da **fase de seguimento**, que promove o acompanhamento da implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil, através da monitorização da evolução dos principais indicadores de sustentabilidade, sua análise face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e ainda a possibilidade de se efetuar uma revisão periódica ao plano de controlo proposto (Quadro 3 e Quadro 4).

Avaliada a eficácia do plano de controlo, a sua revisão permitirá aferir, reforçar ou corrigir, aspetos contemplados nas medidas de controlo que terão influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.

2. CONSULTA PÚBLICA

2.1. OBSERVAÇÕES APRESENTADAS DURANTE A CONSULTA REALIZADA NOS TERMOS DO ARTIGO 7.º

De acordo com o n.º 1, do Artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) a Avaliação Ambiental Estratégica requer que, antes da aprovação do plano e do respetivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração (Câmara Municipal de Arganil) promova a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação.

No quadro seguinte apresenta-se o sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres emitidos pelas Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) consultadas, relativamente ao Relatório Ambiental entregue. Todas as sugestões mereceram especial atenção, tendo sido na sua maioria consideradas na revisão do relatório ambiental final. As questões que não sofreram alteração, de acordo com as sugestões das ERAE, foram alvo de justificação.

Quadro 2 - Sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado(s) pelas ERAE	Observações
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	
Capítulo 2 – Metodologia da Avaliação Ambiental:	
<p>Foram identificadas e descritas as fases essenciais da avaliação ambiental, sugerindo-se no entanto que seja evidenciada a relação com as correspondentes fases da proposta de revisão do Plano, de forma a melhorar o entendimento da ligação do processo de planeamento com o procedimento da avaliação ambiental. Quanto à referência às consultas públicas (páginas 16 e 19) deverá a mesma ser entendida como consulta às entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE), pois nesta matéria o procedimento de AAE segue o procedimento do RJGT.</p>	<p>Todas as sugestões propostas pela CCDRC foram tidas em consideração e integradas no Relatório Ambiental.</p>
Capítulo 3 – Objeto da Avaliação Ambiental e Enquadramento	
<ul style="list-style-type: none"> - Deverá ser concretizado o objeto da avaliação no RA, conforme se apresenta no relatório de fundamentação, no sentido de facilitar a sua compreensão na fase de discussão pública. - Para aquele efeito, para além de uma descrição geral, a entidade sugere ainda que seja apresentada uma representação gráfica que evidencie o âmbito territorial (com os principais planos em vigor e propostos) e as principais propostas do modelo territorial (planta de ordenamento e condicionantes). - Ainda quanto a esta matéria sugere-se que sejam identificadas e evidenciadas as respetivas UOPG, dada a sua importância estratégica no âmbito da revisão do plano (definição do modelo territorial). - Esclarecer a falta de identificação de estratégias e de soluções alternativas de desenvolvimento territorial na revisão do PDM. 	<p>As sugestões propostas pela CCDRC foram tidas em consideração e integradas no Relatório Ambiental.</p> <p>Importa no entanto salientar que ao longo da evolução do procedimento de AAE, mais concretamente durante a elaboração do Relatório Ambiental, houve necessidade de ajustar/introduzir novos objetivos estratégicos ao plano, de forma a tornar a proposta de revisão do PDM de Arganil mais sustentável do ponto de vista ambiental não tendo, no entanto, o Relatório Ambiental espelhado essa avaliação previamente efetuada.</p> <p>Assim, é um facto de que a única alternativa avaliada em sede de AAE, foi a manutenção do PDM em vigor.</p>
Capítulo 5 – Fatores Críticos de Decisão	
<p>Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No domínio do “Ordenamento do Território”, nos critérios “uso do solo” e “organização espacial do território”, sugere-se a inclusão de indicadores de caracterização do património edificado e ocupação do solo municipal, designadamente: “percentagem de ocupação do solo urbanizado e urbanizável”, “relação entre a área do espaço programado no PDM e o total do solo urbano” e “relação entre a área afeta a uso industrial e a área do município”. Como indicadores de controlo incluir a “taxa de execução do solo programado”, a “percentagem de reclassificação do solo rural em solo urbano”; a “taxa de execução do espaço industrial” (já referido) e a “taxa de ocupação dos loteamentos urbanos”. Deverão ainda ser concretizados indicadores que traduzam o “n.º de estabelecimentos industriais em solo rural” e a concretização das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (indicadores de controlo). - No critério “ordenamento biofísico e paisagístico” devem ser considerados os indicadores de controlo: “percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas” e “percentagem de REN com ocupação compatível”. - Considerar os indicadores “fixação da população nas áreas rurais” e “número de agroindústrias”. 	<p>As sugestões propostas pela CCDRC foram tidas em consideração na análise do FCD “Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade” e integradas no Relatório Ambiental.</p>

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado(s) pelas ERAE	Observações
<p>Biodiversidade e Conservação da Natureza:</p> <p>- Sugere-se que no domínio “Estrutura Ecológica Municipal” (quadro 86, página 297) o indicador “sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM” contemplem também, a “representatividade das componentes das áreas nucleares da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental” e os “corredores ecológicos”.</p> <p>- O indicador “área de floresta de proteção” não é adequado, pois não está prevista esta categoria na proposta de revisão, sugerindo-se, em alternativa “área florestal inserida em espaço natural”.</p>	<p>Sendo a ERPVA definida no PROTC por áreas nucleares¹ e corredores ecológicos² e encontrando-se na presente proposta de revisão do Plano definida uma EEM que integra a Reserva Ecológica Nacional, a Reserva Agrícola Nacional, os espaços afetos ao Regime Florestal e os espaços que integram a Rede Natura 2000, considera-se que estão salvaguardados os valores fundamentais que assistem ao conceito de ERPVA.</p> <p>A proposta sugerida pela CCDRC foi tida em consideração no Relatório Ambiental.</p>
<p>Património Cultural e Turismo:</p> <p>- Considerar como alternativa ao indicador “imóveis inventariados de interesse municipal”, o indicador “imóveis com interesse patrimonial”.</p> <p>- Quanto ao património arqueológico, considerar os indicadores “sítios classificados ou em vias de classificação” e as “áreas arqueológicas” (quadro 85 da página 285 e quadro 86 da página 298).</p>	<p>Conforme sugestão da CCDRC, o indicador “imóveis inventariados de interesse municipal”, foi alterado para “imóveis com interesse patrimonial”.</p> <p>No entanto, considera-se que os dois indicadores que caracterizam o Património Arqueológico “Imóveis classificados” e “Imóveis em vias de classificação” incluídos no Relatório Ambiental anteriormente entregue já integram as questões que se pretendem analisar. Não obstante o referido, no Plano de Controlo foi ainda acrescentado o indicador relativo a “Sítios arqueológicos inventariados”.</p>
<p>Riscos Ambientais:</p> <p>- Sugere-se que o quadro 85 (página 292), referente às “medidas de gestão ambiental e ações a desenvolver”, registe uma medida destinada a acautelar que as zonas ameaçadas pelas cheias, delimitadas no âmbito da REN, se articulam com as demarcadas no âmbito do Plano Municipal de Emergência.</p> <p>- No quadro 81 na página 253 e no quadro 86 nas páginas 301 e 302, introduzir o indicador de controlo “percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com perigosidade de incêndios alta a muito alta”.</p>	<p>As sugestões propostas pela CCDRC foram tidas em consideração na análise do FCD e integradas no Relatório Ambiental.</p>
<p>A entidade destaca o número excessivo de indicadores, que torna difícil a identificação dos efeitos negativos significativos imprevistos, pelo que se recomenda a elaboração de um programa de monitorização e controlo pragmático e sintético.</p>	<p>Conforme sugestão da entidade, foram revistos todos os indicadores inseridos no Plano de Controlo e apenas colocados os indicadores que se consideraram pertinentes serem avaliados na fase de seguimento do Plano.</p>

¹ Áreas Nucleares - correspondem a áreas de mais-valia ambiental, distinguindo-se em áreas classificadas (Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, e outras derivadas de convenções internacionais) e em outras áreas sensíveis, que abrangem áreas que possuem valor para a conservação da natureza (biótopos naturais de valor) como sejam as áreas agro-florestais e outros sistemas biogeográficos, não classificados.

² Corredores Ecológicos – São de dois tipos, os corredores ecológicos estruturantes, que assentam nas principais linhas de água da Região e na zona costeira; e os corredores identificados nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), que constituem os Corredores Ecológicos Secundários.

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado(s) pelas ERAE	Observações
7. Quadro de Governança para a Ação	
No quadro 84 da página 279 considerar a Direção Regional da Cultura do Centro e a Direção Regional de Economia do Centro pela importância que poderão vir a assumir a fase de seguimento do Plano.	A sugestão proposta pela CCDRC foi tida em consideração no Relatório Ambiental.
8. Resumo Não Técnico	
Sugere-se que o RNT seja complementado com elementos essenciais à compreensão do objeto da revisão, pois este documento não apresenta qualquer peça gráfica que auxilie a compreensão das medidas e soluções propostas, particularmente ao nível do enquadramento territorial.	A sugestão proposta pela CCDRC foi tida em consideração no Resumo Não Técnico.
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Centro e Alto Alentejo)	
O Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Serra do Açor, identificado como “Proposta de Plano” no Quadro de Referência Estratégico no Relatório Ambiental, encontra-se atualmente em vigor.	De facto, por lapso, foi colocada “Proposta de Plano”, tendo essa referência sido alterada.
A denominação “perímetro florestal da Mata da Margarça” repete-se no Relatório Ambiental e noutros documentos produzidos no âmbito do processo de revisão. Não existe qualquer perímetro florestal coincidente com a Mata da Margarça sendo que esta, integrada na Paisagem Protegida da Serra do Açor, poderá ser denominada por “Reserva Natural Parcial”.	Foram alteradas as denominações referentes a “perímetro florestal da Mata da Margarça” para “Reserva Natural Parcial”, conforme sugerido pela entidade.
A descrição da composição do Espaço Natural (pág. 46 do Relatório Ambiental) não coincide com o conteúdo dos restantes documentos integrantes do processo de revisão: de acordo com estes documentos, os Espaços Naturais do concelho limitam-se à área coincidente com a Área Classificada, no entanto, o Relatório Ambiental refere “as zonas do território municipal mais sensíveis do ponto de vista ecológico, paisagístico e ambiental que englobam áreas REN não incluídas noutras classes de espaço, do domínio público hídrico, e as reservas naturais ou de paisagem protegida”.	Importa esclarecer que a definição apresentada na pág. 46 relativa a “Espaço Natural” é efetivamente a que consta no PDM em vigor uma vez que a análise que se está a desenvolver neste capítulo é referente à situação de referência atual (e não ao previsto pela proposta de revisão do Plano).
Algumas das ações desenvolvidas pelo ICNB no âmbito da gestão da PPSA referidas no Relatório Ambiental (na página 91) não foram concretizadas, salientando-se neste âmbito, as ações de controlo da densidade de javali.	Foi retirada a ação desenvolvida pelo ICNB no que respeita ao controlo da densidade de javali, conforme proposto pela entidade.
Agência Portuguesa do Ambiente (ex-Administração da Região Hidrográfica do Centro)	
A entidade considera pertinente acrescentar os seguintes indicadores: - Percentagem de água captada que provém de captações com perímetro de proteção ou de albufeiras de águas públicas com planos de ordenamento definido: Valor de referência $\geq 95\%$; - Percentagem da população equivalente servida por sistema público de saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva Licença: Valor de referência $\geq 80\%$. - Percentagem de águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas de drenagem: Valor de referência $\leq 20\%$	Os indicadores foram inseridos conforme proposta da entidade.
A entidade considera que para além dos indicadores apresentados no Quadro 69 da página 200 do RA, existem muitos outros que se julgam poderem ser utilizados, e que permitiriam avaliar com maior rigor o desempenho da CM quanto a esta matéria, dando alguns exemplos.	Verifica-se que os indicadores propostos pela entidade encontram-se refletidos nas medidas de uso eficiente da água propostas no Plano de Controlo.
Sugere-se a substituição do indicador “Perdas no sistema de abastecimento de água” por “Percentagem de água captada	Indicador substituído conforme proposta da entidade.

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado(s) pelas ERAE	Observações
que é efetivamente utilizada e não perdida: Valor de referência $\geq 80\%$ ”.	
No Quadro 54 onde consta como fonte de informação INAG deverá constar APA, I.P (Agência Portuguesa do Ambiente).	Foi efetuada a alteração relativa à denominação da entidade.
No que respeita às metas a atingir pelo município constata-se que para alguns dos indicadores as mesmas não se encontram definidas, o que pode comprometer a avaliação de desempenho do município na fase de seguimento, carecendo por isso de revisão.	Conforme sugestão da entidade, foram revistas todas as metas a atingir pelo município, no Plano de Controlo.
No documento apresentado não são indicadas as ações a desenvolver durante a vigência do Plano que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade pretendidas e as definidas em documentos estratégicos.	Algumas das medidas indicadas no Plano de Controlo apresentado são efetivamente ações a desenvolver por parte do município, na fase de seguimento do Plano
O planeamento das intervenções deverá ser adequadamente referenciado em termos de espaço e tempo.	A referência temporal considerada para os indicadores de seguimento definidos corresponde ao período de vigência do PDM, de dez anos. Deste modo, a autarquia tem graus de liberdade suficientes para, durante esse período, adaptar a sua estratégia e gestão às metas pretendidas, sendo que, anualmente, terá de remeter à APA um relatório de acompanhamento onde deverá constar o Plano de Controlo atualizado, com as intervenções entretanto desenvolvidas.
Autoridade Nacional para a Proteção Civil	
Emite parecer favorável.	
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (Direção Regional das Florestas do Centro)	
Emite parecer positivo.	
Direção Regional de Agricultura do Centro	
A entidade nada tem a opinar ou a opor aos presentes relatórios.	
Direção Regional de Cultura do Centro	
A entidade considera que nada há a opor ao que se encontra previsto no âmbito do Património Cultural.	
Direção Regional da Economia do Centro	
A entidade considera que nada há a opor ao Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico.	
Administração Regional de Saúde do Centro	
A entidade considera que nada há a opor ao Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico.	
Câmara Municipal da Covilhã	
A entidade nada tem a referir.	

O processo de consulta pública, de acordo com o n.º 6, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) prevê ainda que o projeto de plano e o respetivo Relatório Ambiental sejam “*submetidos a consulta pública, por iniciativa da entidade responsável pela sua elaboração, tendo em vista a recolha de observações e sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais e pelos interessados que possam de algum modo ter interesse ou ser afetados pela sua aprovação ou pela futura aprovação de projetos por aquele enquadrados*”.

De forma a dar cumprimento a este procedimento, os documentos que integram a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Arganil estiveram disponíveis para consulta pública (em formato papel e digital) na Divisão de Gestão Urbanística da Câmara Municipal, no horário de expediente, e na página oficial do Município na internet (www.cm-arganil.pt).

A consulta pública decorreu no período compreendido entre 18 de Julho e 10 de Outubro de 2014.

Durante o mês de setembro realizaram-se sessões públicas de esclarecimento, uma em cada junta de freguesia do concelho e uma na Câmara Municipal. Estas sessões foram publicitadas através de Aviso e de divulgação feita na página de internet da Câmara Municipal (www.cm-arganil.pt), em três publicações de jornal de âmbito nacional "Jornal de Notícias", de 10 de julho de 2014, Jornal "Sol" de 11 de julho de 2014 e Jornal "Público" de 10 de julho de 2014 e de editais que foram afixados em locais de maior afluência de pessoas, como a Câmara Municipal e nas sedes das Juntas de Freguesia.

De referir que, durante esta fase de discussão pública, não foram registadas quaisquer reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento relativo aos conteúdos retratados no Relatório Ambiental ou no Resumo Não Técnico.

2.2. OS RESULTADOS DAS CONSULTAS REALIZADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 8.º (ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA)

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Arganil, não foi considerada a necessidade de efetuar consulta a nenhum estado membro da União Europeia devido, não só à localização geográfica do plano em análise, como também pelo facto de não se prever que as opções estratégicas e objetivos estratégicos inerentes à proposta de revisão do plano em análise sejam suscetíveis de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado Membro da União Europeia.

3. AS RAZÕES QUE FUNDARAM A APROVAÇÃO DO PLANO À LUZ DE OUTRAS ALTERNATIVAS RAZOÁVEIS ABORDADAS DURANTE A SUA ELABORAÇÃO

A revisão do PDM de Arganil surge pela necessidade de ajustar e atualizar as estratégias de desenvolvimento que se pretendem desenvolver, devendo a proposta de revisão dispor de mecanismos e de instrumentos urbanísticos eficazes, capazes de mobilizar e de despertar dinâmicas, assim como estabelecer um modelo estratégico para o concelho que possibilite a identificação das principais preocupações e aspirações de desenvolvimento do município.

Conforme referido no Relatório de Fundamentação das Opções do Plano (2015), a localização Geográfica e as Dinâmicas Territoriais são os fatores que causam constrangimentos ao nível das possibilidades de expansão do Modelo Estratégico de Desenvolvimento merecendo, por isso, atenção especial para atenuar os seus possíveis efeitos negativos. Contrariamente, as áreas de aposta para garantir o sucesso da estratégia de desenvolvimento devem considerar os fatores positivos da Identidade e Auto Estima como valores de diferenciação competitiva. É evidente que o Marketing Territorial seria uma excelente ferramenta para afirmar e consolidar uma Imagem forte e atrativa do Concelho de Arganil (Figura 1).

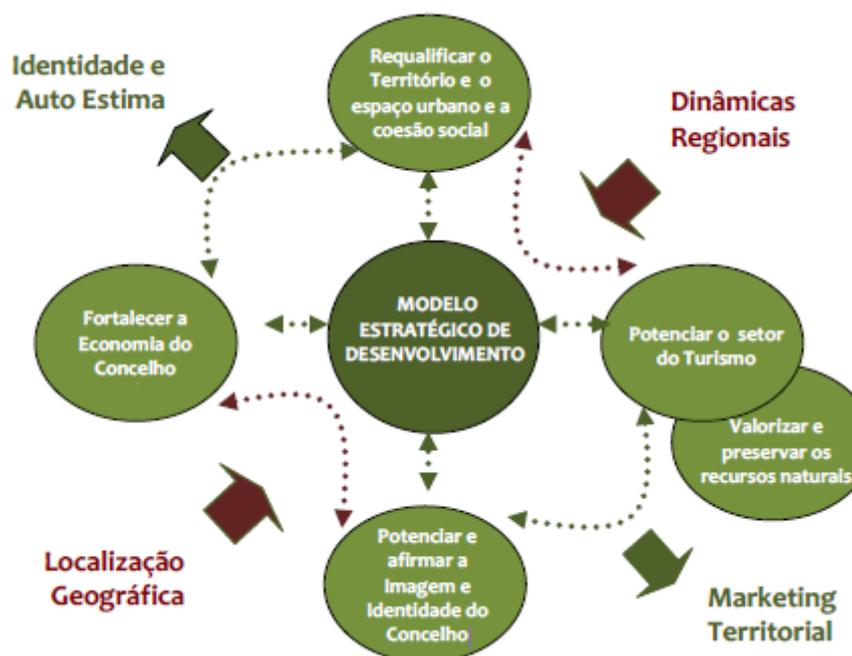


Figura 1 – Modelo Estratégico de Desenvolvimento (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2011)

A construção do Modelo Territorial e da Estrutura de Ordenamento considera alguns fatores base que resultam da análise das dinâmicas emergentes à escala nacional e regional, e que por si só, justificam repensar o território num quadro de competitividade / sustentabilidade (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2015):

- a) As infraestruturas de escala nacional que marcam o território são, o IC 6, o IP 3 e a EN 17.
- b) Os instrumentos de Planeamento Estratégico, desde o PROT-Centro, ao Plano Estratégico da NUT III aos programas enquadradores de políticas nacionais como o PENT ou o PNPOT.
- c) Os Territórios e as suas características biofísicas mas também a escala urbana e humana que os aglomerados de Arganil têm conseguido manter, apesar das reduzidas dinâmicas de ocupação e urbanização.

d) A gestão das expectativas. A aposta e o desenho do Modelo Territorial, não é uma aposta de agora nem excessivamente dependente de novos e emergentes fatores. Trata-se de uma aposta que tem vindo a ser consolidada ao longo dos últimos anos e até ao longo das anteriores gestões políticas municipais.

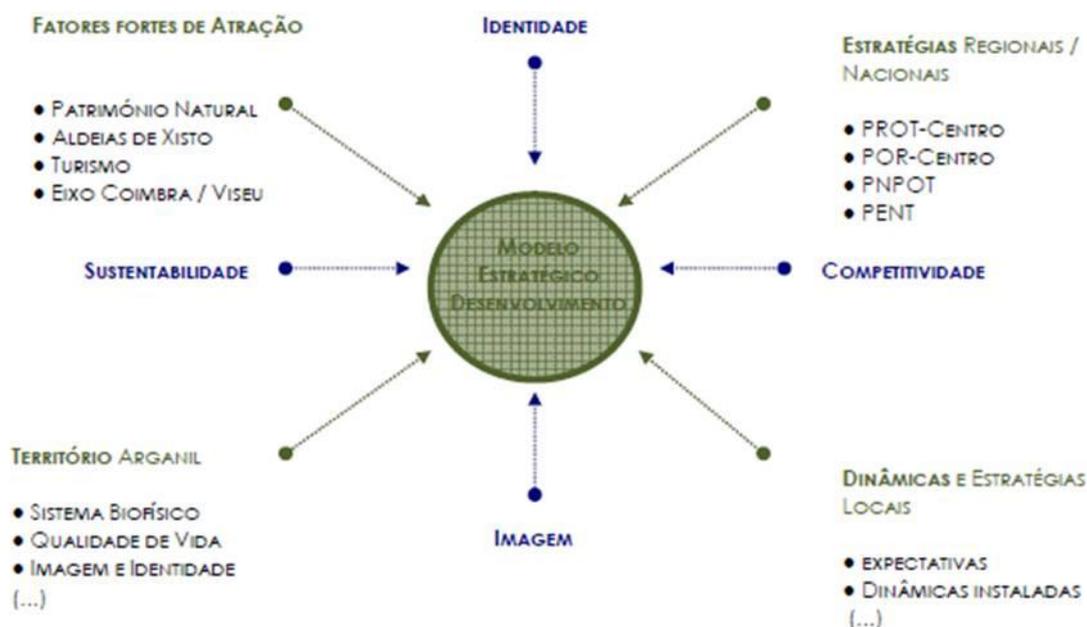


Figura 2 – Esquema de Reflexão base para a definição do Modelo Estratégico de Desenvolvimento (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2015)

O Modelo Estratégico definido para Arganil deve considerar a necessidade de conciliar os Fatores Fortes de Atração que existem no território e na região; as estratégias definidas para a região; o Território Municipal na sua essência e as Dinâmicas e Estratégias Locais. Considerando estas dimensões tem de haver capacidade de desenhar um Modelo Estratégico (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2015):

- Que se afirme Competitivo sem deixar de ser Sustentável;
- Que afirme uma Imagem sem perder ou ofuscar os traços da sua Identidade.

Desta forma, o Modelo Territorial e os diversos posicionamentos Estratégicos elegem para Arganil quatro áreas fundamentais (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2015):

- A Qualificação Urbana e Ambiental.

- Os Serviços organizados à escala supra municipal com características polivalentes e orientados para as zonas rurais de baixa densidade e a atividade industrial qualificada, associada aos

impulsos do novo quadro de acessibilidades, que constituem fortes fatores de motivação da aposta.

- O Turismo como sector fundamental para desenvolver em Arganil, privilegiando os seguintes produtos turísticos: Turismo Cultural e Paisagístico (Aldeias Históricas, Aldeias de Xisto), Turismo em Espaço Rural e Turismo Natureza.

- A aposta no reforço das atividades ligadas à gestão integrada dos recursos naturais com destaque para a floresta e o potencial energético.

Pelo exposto, e pela análise exaustiva, argumentação e justificações apresentadas nos diferentes documentos que suportam a revisão do PDM de Arganil, não foram consideradas alternativas à estratégia proposta, com exceção da análise da alternativa zero (correspondente à evolução do território na ausência da implementação da proposta de revisão do plano), considerando-se que a proposta de PDM sob análise responde às melhores opções a serem tomadas para o desenvolvimento do território concelhio.

4. AS MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS

De acordo com o definido na alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) no Relatório Ambiental deve constar “*uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º*”.

Estas medidas devem ainda constar na presente Declaração Ambiental e ser objeto de verificação por parte da Câmara Municipal de Arganil, na fase de seguimento do Plano, de forma a identificar e corrigir, atempadamente, os efeitos negativos imprevistos no ambiente, decorrentes da aplicação e execução do plano.

Assim, para que a proposta de revisão do PDM de Arganil apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foi definido um **Plano de Controlo** que visa assegurar a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, aquando a execução do Plano.

Neste contexto, o Plano de Controlo insere-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, uma vez que pretende acompanhar o ciclo de planeamento e programação no período de execução do PDM.

Importa que este Plano de Controlo seja suportado e monitorizado através dos indicadores de avaliação estratégica previamente selecionados, com o objetivo de garantir a eficácia e

eficiência na execução do Plano. Para cada um dos indicadores, foram definidas Medidas de Gestão Ambiental a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

O Quadro 3 apresenta os indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação da revisão do PDM de Arganil e define as medidas de gestão ambiental a desenvolver.

O Quadro 4 focaliza particularmente os indicadores de sustentabilidade definidos e o posicionamento do município de Arganil face a metas estabelecidas, quer em documentos estratégicos, quer pela própria autarquia. Apesar de não ter sido possível obter o valor base para alguns dos indicadores identificados, considera-se importante desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização/seguimento.

Importa salientar que os indicadores apresentados no Plano de Controlo se reduzem à área territorial, às competências da Câmara Municipal no território bem como às características mais pertinentes para acompanhamento da evolução do plano.

Quadro 3 – Plano de Controlo: indicadores de sustentabilidade e medidas de gestão ambiental.

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Ordenamento do Território. Desenvolvimento Regional e Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional • Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional • Estruturar e infraestruturar espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas • Criar novos postos de emprego, diminuindo a taxa de desemprego • Fomentar o desenvolvimento sustentável, racionalizando e qualificando os espaços para a implantação e desenvolvimento de atividades económicas 	Competitividade e Desenvolvimento Regional	
		Espaços de Atividades económicas	- Promover o correto ordenamento e gestão das áreas destinadas a espaços de atividades económicas, tendo em conta as diferentes atividades que se podem instalar nestes espaços (indústrias, exploração extrativa, turismo).
		Relação entre a área afeta a uso industrial e a área do município	- Promover a definição de espaços públicos e espaços verdes qualificados.
		Taxa de execução do espaço industrial	- Promover políticas de atração e de fixação de novas atividades económicas.
		Taxa de ocupação dos espaços de atividades económicas	- Promover a instalação de serviços de apoio às diversas unidades.
		Atividades económicas instaladas no concelho	- Promover a criação de serviços de apoio à vivência e sociabilidade entre os trabalhadores das diversas unidades instaladas.
		Número de estabelecimentos industriais em solo rural	- Promover a deslocalização das atividades industriais isoladas e que apresentem conflitos de uso e ocupação com o sistema biofísico para os espaços de atividade económica existentes no município, sempre que tal prática seja economicamente sustentável
		Número de agroindústrias	- Promover uma correta localização das agroindústrias, tendo em conta a função da exploração e transformação dos produtos agrícolas ou florestais. - Admitir a presença de agroindústrias no solo rural desde que apresentem uma ligação ao tecido produtivo local
		Índice de Poder de compra	Promover o aumento do poder de compra concelhio, através da implementação de medidas de crescimento e desenvolvimento sustentável do território de Arganil.
		IRS	Promover o aumento dos valores de IRS e IRC, através da aposta num maior dinamismo económico do município.
IRC			
Estruturas de apoio à formação profissional	- Promover a qualificação da população ativa desempregada. - Promover o desenvolvimento de projetos que envolvam as principais unidades empresariais locais e os principais polos de conhecimento. - Promover o aumento da taxa de emprego e de formação profissional. - Criar condições para a existência de mais emprego no concelho. - Criar condições para a fixação de empresas no concelho. - Promover ações de Formação Profissional orientada para as áreas mais carenciadas de emprego.		

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	Ordenamento do Território		
<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a organização espacial do território • Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes • Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana • Promover a criação de centralidades urbanas • Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intra-concelhias 		População Residente	- Criar condições para a fixação da população no concelho, nomeadamente a população em idade ativa.
		Solo Rural	- Promover um equilibrado e estruturado ordenamento do solo rural e do solo urbano.
		Solo Urbano	
		Percentagem da reclassificação do solo rural em solo urbano	
		Percentagem da reclassificação do solo urbano em solo rural	
		Planos Municipais de Ordenamento do Território	
		Espaços naturais	
		Estrutura Ecológica Municipal	- Preservar e valorizar as áreas naturais, nomeadamente os ecossistemas ribeirinhos. - Sensibilizar a população para a conservação e valorização do património natural do concelho.
		Reserva Ecológica Nacional	- Salvar, preservar e valorizar cada um dos Sub-Sistemas que integram a REN.
		Percentagem de REN com ocupações compatíveis	
		Reserva Agrícola Nacional	- Salvar, preservar e valorizar cada um dos Solos Agrícolas em especial os classificados como integrantes da RAN.
		Percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas	
		Rede Natura	- Preservar e valorizar as áreas pertencentes ao Sítio de Importância Comunitária Complexo de Açor. - Sensibilizar a população para a conservação e valorização do património natural e edificado do concelho.
		Espaço Florestal	- Promover a proteção e valorização da área florestal. - Promover o ordenamento e proteção da floresta de acordo com as orientações do PROF Pinhal Interior Norte e do PMDFCI.
	Espaço Agrícola	- Promover o ordenamento do espaço agrícola.	
	Solo urbano afeto à estrutura ecológica municipal	- Preservar e valorizar os espaços verdes urbanos, integrando-os na Estrutura Ecológica Municipal.	
	Solos urbanizados	- Promover o correto ordenamento dos solos urbanizado e urbanizável.	
	Solo urbanizável	- Promover o correto ordenamento e gestão do solo afeto a atividades económicas e às funções urbanas principais (residencial, comercial, serviços e equipamentos de	
	Ocupação de solo urbanizado		

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Medidas
		Ocupação de solo urbanizável	utilização coletiva).
		Relação entre a área do solo urbanizável e o total de solo urbano	
		Taxa de ocupação dos loteamentos urbanos	
		Rede Viária	- Promover um correto ordenamento, gestão e manutenção da Rede Viária intra e inter-concelhia.
		Transportes (empresas)	- Promover uma melhoria dos transportes intra e intermunicipais.
	Qualidade de Vida		
	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural e edificado do concelho Qualificar o Espaço Público Qualificar a rede de Equipamentos de Utilização Coletiva Garantir mobilidade para todos 	Espaços Verdes	- Promover a correta gestão e definição de espaços verdes.
		Lista de intervenções de valorização paisagística/ambiental	Promover a valorização dos espaços com interesse ambiental e paisagístico de Arganil. - Criar um roteiro de sítios com interesse ambiental e paisagístico do município de Arganil.
		Lista de projetos/intervenções de qualificação no espaço público	- Promover uma correta utilização e gestão do espaço público, qualificando-o e tornando-o atrativo e de fácil uso e acesso, pela generalidade da população.
		Equipamentos de Utilização Coletiva	- Promover uma correta gestão e utilização destes equipamentos integrando-os numa rede de espaços e percursos públicos que permitam a sua articulação.
Estudos/planos com vista à obtenção de efeitos multiplicadores na promoção da mobilidade		- Garantir, quer nos espaços públicos quer nas estruturas edificadas, condições de acessibilidade adequadas que se enquadrem e respondam aos desafios da “acessibilidade para todos”.	
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas		
	<ul style="list-style-type: none"> Conservação do património natural e cultural em áreas classificadas Proteção e valorização da paisagem Manutenção da biodiversidade 	Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) para o ordenamento das Áreas Classificadas	- Assegurar a revisão atempada dos instrumentos de gestão territorial municipais.
		Ações de manutenção e gestão da paisagem	- Sensibilizar a população local e turistas para as fragilidades do património natural classificado e os cuidados a ter no seu usufruto.
		Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados	- Planeamento e execução de programas de turismo de natureza sustentáveis.
		Ações e elementos de divulgação	- Divulgação de outros pontos de valor natural como, por exemplo, a Mourísia.
		Área classificada com plano de gestão	- Implementação de um Plano de Gestão para as áreas classificadas, integrando as

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Medidas	
			orientações de gestão referidas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000.	
		Medidas estratégicas de minimização de impacto das catástrofes naturais	- Assegurar a contínua atualização e melhoria do PMDFCI de Arganil.	
		Espécies ameaçadas e protegidas	- Implementação de estruturas que permitam a divulgação dos valores naturais da região, bem como a sensibilização para as questões relacionadas com as temáticas ambientais.	
		Ações de conservação de espécies		
		Habitats classificados		
		Ações de conservação de habitats		
		Estrutura Ecológica Municipal		
		<ul style="list-style-type: none"> Promoção a gestão sustentável dos sistemas que integram a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) 	Área do concelho integrada na EEM	<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de conservação dos sistemas biofísicos, e dos elementos, que integram a EEM. Promover o uso de espécies autóctones nos espaços que compõem a EEM.
			Sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM	
		Gestão, Conservação e Valorização da Floresta		
		<ul style="list-style-type: none"> Promoção dos valores naturais Controlo da proliferação das espécies exóticas invasoras com risco ecológico 	Zonas de Intervenção Florestal	<ul style="list-style-type: none"> Promover a reflorestação com espécies autóctones de reduzida combustibilidade. Mapear de focos de espécies vegetais invasoras. Controlar e/ou erradicar focos de vegetação invasora.
			Área florestal inserida em espaço natural	
			Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	
			Áreas de distribuição das espécies invasoras	
	Ações de controlo de espécies vegetais invasoras		<ul style="list-style-type: none"> Implementação de estruturas que permitam a divulgação dos valores naturais da região, bem como a sensibilização para as questões relacionadas com as temáticas ambientais. Planeamento e execução de programas de turismo de natureza sustentáveis. 	
	Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais			
	Aproveitamento de linhas de água para o incremento de atividades lúdicas devidamente reguladas			
	Património geomorfológico			

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Medidas
		classificado	
Património Cultural e Turismo	Identidade Histórica e Cultural		
	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar edifícios históricos e outras características culturais importantes • Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos • Fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios nas proximidades de centros históricos • Impulsionar a identificação do património construído diferenciador; • Preservar locais arquitetónicos e arqueológicos • Valorizar a diversidade e a identidade local do património turístico • Promover a requalificação das Aldeias com vocação turística • Promover o desenvolvimento do turismo a nível local e com base na identidade cultural • Estimular a oferta de equipamentos de restauração com gastronomia típica • Valorizar os saberes e características locais 	Obras em edifícios históricos (recuperação / manutenção)	- Promover a reabilitação/recuperação/manutenção dos edifícios que representem traços da memória e da identidade locais nos diversos aglomerados.
		Reabilitação de edifícios urbanos degradados	- Promover a reabilitação/recuperação de edifícios urbanos degradados garantindo que as características próprias dos edifícios são preservadas.
		Imóveis classificados (património arquitetónico e arqueológico)	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a recuperação dos imóveis classificados ou em vias de classificação. - Garantir a inventariação dos imóveis e sítios arqueológicos bem como a sua regular atualização. - Monitorizar a preservação e conservação dos imóveis classificados bem como dos sítios arqueológicos.
		Imóveis em vias de classificação (património arquitetónico e arqueológico)	
		Sítios arqueológicos inventariados	
		Imóveis com interesse patrimonial	
		Aldeias Históricas e Aldeias do Xisto	<ul style="list-style-type: none"> - Criar uma rede de sítios e de acontecimentos com interesse para o turismo, recreio e lazer.
		Projetos de requalificação das Aldeias Históricas e de Xisto reconhecidas em Arganil	
		Produtos tradicionais de qualidade protegida	
Eventos tradicionais e culturais	- Promover eventos culturais através da informação aos munícipes.		
Turismo			
<ul style="list-style-type: none"> • Promover o turismo natural sustentável • Preservar o espaço natural e paisagístico • Desenvolver o turismo ativo • Fomentar a divulgação cultural integrada com o turismo 	Rotas e percursos	<ul style="list-style-type: none"> - Definir uma estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável para o município que envolva estratégias de animação ao nível cultural. - Sistematizar e operacionalizar um Programa de Turismo Sustentável no concelho de Arganil. - Realização de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico que promova uma nova imagem de Arganil, ligada à biodiversidade, à cultura e ao desenvolvimento sustentável, dando relevo aos fatores diferenciadores do concelho. 	
	Empresas de Animação na área do Turismo Ativo reconhecidas como Turismo de Natureza pelo Turismo de Portugal, I.P.		

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a oferta de unidades hoteleiras de qualidade 	Ações de divulgação turística	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de campanhas de comunicação que divulguem as ofertas turísticas do concelho, através do recurso a multimédia e redes sociais interativas - Estabelecer boas práticas para utilização dos espaços naturais. - Promoção de iniciativas de educação / sensibilização ambiental.
		Unidades hoteleiras classificadas	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a inventariação das unidades hoteleiras e equipamentos de restauração com receitas tradicionais locais existentes no concelho bem como a sua regular atualização.
		Estada média no estabelecimento	
		Número de visitantes anuais do concelho	
Qualidade Ambiental	Resíduos		
	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política adequada de gestão de resíduos 	Produção de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a inscrição no Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente e o preenchimento do Mapa Integrado de Registo de Resíduos, pelas Unidades Industriais implantadas no território abrangido pelo PDM.
		Valorização de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuir a quantidade de resíduos valorizáveis com destino final o aterro. - Valorizar os resíduos recicláveis (Papel/cartão, vidro e embalagens) produzidos pelas unidades industriais instaladas e a instalar. - Monitorizar os resíduos valorizáveis e os que vão para aterro. - Criar pontos de recolha para pilhas e tinteiros. - Estabelecimento de um dia, mensal, para recolha de “monos domésticos”. - Implementar um sistema de recolha porta-a-porta nas freguesias com mais população, sendo necessária uma correta e adequada sensibilização da população envolvida de forma a esta constituir uma solução eficaz. - Promover ações de sensibilização de separação de resíduos referentes à implementação de boas práticas de gestão de resíduos sólidos urbanos no âmbito da recolha seletiva e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos.
	Água		
<ul style="list-style-type: none"> Garantir a proteção dos recursos hídricos Reduzir os níveis de contaminação da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais 	Qualidade da água superficial	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a conservação e sustentabilidade dos recursos hídricos. - Promover ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos. 	
	Qualidade da água subterrânea	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a evolução dos resultados de monitorização apresentados na rede de qualidade da água do SNIRH, nomeadamente no que respeita à estação de monitorização e “S. Pedro”. - Reabilitação da rede hidrográfica dentro dos perímetros urbanos. 	

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano 	Consumo de água	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o uso racional e eficiente da água. Promover ações de sensibilização relativas à poupança de água. Estabelecer um programa de monitorização do consumo de água.
		População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a qualidade e quantidade da água para consumo humano. Assegurar que a população afeta à área territorial abrangida pelo PDM é servida por sistemas de abastecimento de água. Efetuar obras diversas ao nível do sistema de abastecimento de água para consumo humano, sempre que necessário (substituição de condutas de água e construção de depósitos de água).
		Percentagem de água captada que provém de captações com perímetros de proteção ou de albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento definido	<ul style="list-style-type: none"> Promover a delimitação dos respetivos perímetros de proteção de forma a assegurar a proteção das águas subterrâneas contra eventuais contaminações.
		Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados estejam de acordo com a legislação	<ul style="list-style-type: none"> Implementação do Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano, de acordo com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, nos sistemas de abastecimento que ainda não se encontram abrangidos. Monitorização contínua de todos os componentes que fazem parte do sistema de abastecimento.
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais 	População servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que a população afeta à área territorial abrangida pelo PDM é servida por sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais. Assegurar que os sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada.
		Percentagem de população equivalente servida pelo sistema público de saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva licença	<ul style="list-style-type: none"> Promover a renovação gradual das redes de saneamento. Promover a construção de Estações de Tratamento de Águas Residuais. Corrigir as situações que potencialmente ponham em risco a saúde pública ou que sejam danosas para o meio ambiente, implementando as medidas/ações/intervenções que conduzam a uma percentagem de pelo menos 99% de resultados que estejam em conformidade com a legislação, relativamente ao

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Medidas
		<p>Percentagem de reutilização de águas residuais tratadas</p>	<p>número total de análises realizadas à qualidade da água³.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reduzir/anular as áreas com deficiência de pressão ou com carência temporária de disponibilidade de água (situações tecnicamente deficientes)³. - Implementar medidas de erradicação de descargas de efluentes sem tratamento adequado de sistemas unitários, de sistemas separativos domésticos e de sistemas separativos pluviais³. - Implementar medidas de minimização de aflúncias pluviais aos sistemas unitários e aos sistemas separativos domésticos (desafetação progressiva de ligações pluviais)³. - Monitorização das Estações de Tratamento de Águas Residuais existentes no concelho, com elaboração de relatórios e de análises ao efluente à saída da estação, garantindo assim o cumprimento dos parâmetros de qualidade exigíveis na legislação e contribuindo para uma melhoria na qualidade do efluente final e do meio recetor. - Colmatar eventuais falhas das ETAR. - Criar alternativas para a deposição de lamas produzidas, nomeadamente pelo tratamento secundário, evitando assim a sua possível utilização por vezes indevida em aterros ou na agricultura. - Avaliação da eventual toxicidade das lamas. - Legalização das Estações de Tratamento de Águas Residuais existentes e das futuras, pela entidade competente. - Levantamento de indústrias que possam perturbar o ecossistema inerente ao meio recetor com uma eventual descarga dos seus efluentes, como sendo: suiniculturas, lagares, queijarias, aviários, vacarias e outros. - Formação adequada dos técnicos e operadores das ETAR.
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a implementação de modelos de gestão de efluentes pecuários eficientes e sustentáveis 	<p>N.º de explorações agro-pecuárias existentes</p> <hr/> <p>N.º de explorações pecuárias com Planos de Gestão de Efluentes Pecuários</p> <hr/> <p>Número de situações anómalas denunciadas relativas às explorações agro-pecuárias</p>	<ul style="list-style-type: none"> - As explorações agro-pecuárias e agro-industriais deverão cumprir o normativo legal e regulamentar específico para cada um dos sectores. - Adoção de soluções conjuntas, ou complementares, que se demonstrem como as tecnicamente mais adequadas e sustentáveis, que promovam economias à escala regional, permitindo um efetivo controlo das descargas nos meios recetores². - Preferencialmente, opções por soluções coletivas de tratamento que sejam alternativas às soluções individuais². - Potenciação da utilização da capacidade de tratamento das infra-estruturas dos sistemas supra-municipais ou municipais de saneamento de águas residuais, após um pré-tratamento adequado, otimizando o investimento já realizado².

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	<ul style="list-style-type: none"> Promover um consumo eficiente e racional do recurso água 	<p>- Percentagem de água captada que é efetivamente utilizada e não perdida</p> <p>- Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água</p>	<p>- Estabelecer um programa de gestão dos efluentes provenientes das atividades agro-pecuárias e agro-industriais.</p> <p>- Instalação de válvulas redutoras de pressão, no sistema predial de abastecimento¹.</p> <p>- Isolamento térmico do sistema de distribuição de água quente - promove a redução do desperdício de água corrente enquanto os utilizadores esperam que a temperatura seja adequada¹.</p> <p>- Substituição ou adaptação de torneiras convencionais (lavatórios, etc) por dispositivos mais eficientes e com menor caudal de água (torneira com redutor de caudal, com dispositivo arejador, com fecho automático, etc)¹.</p> <p>- Adequação de procedimentos na lavagem de pavimentos (utilização de mangueiras com dispositivos de controlo de caudal na extremidade de modo a permitir o rápido corte ou diminuição de caudal sem ter de se efetuar deslocação à torneira de alimentação do sistema)¹.</p> <p>- Utilização de limpeza a seco de pavimentos - substituição (parcial) de lavagem de pavimentos com água (mangueira), por métodos de limpeza a seco (vassoura / varredura automática)¹.</p> <p>- Realização de manutenção periódica dos sistemas de rega de forma a eliminar fugas¹.</p> <p>- Programação da altura da rega (antes das 8h00 e depois das 18h00), de forma a evitar perdas¹.</p> <p>- Selecionar espécies vegetais autóctones com resistência à seca e eliminar periodicamente espécies infestantes¹.</p> <p>- Efetivação da rega somente quando necessário (eventual instalação de sensores)¹.</p> <p>- Substituição de sistemas de rega menos eficientes por sistemas de rega de baixo consumo (no caso de zonas relvadas – sistema de aspersão, no caso de jardins – sistema gota-a-gota)¹.</p> <p>- Instalação de recirculação, total ou parcial, da água no caso dos lagos (com sinalização de aviso relativa à sua potabilidade) e recirculação da água das piscinas (com tratamento intercalar)¹.</p> <p>- Limitação ou proibição de utilização de água do sistema público de abastecimento, na lavagem de pavimentos, em jardins e similares, em piscinas, lagos, espelhos de água, campos desportivos campos de golfe e outros espaços verdes de recreio, em períodos de escassez¹.</p> <p>- Dar continuidade ao sistema de monitorização da rede de abastecimento de água</p>

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Medidas	
			atualmente implantado, de forma a permitir reduzir perdas de água.	
	Ruído			
	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações • Promover a redução do ruído nas zonas identificadas em desconformidade com o Regulamento Geral do Ruído (RGR) através de procedimentos de articulação do RGR com o processo de planeamento territorial ao nível do PDM 	População afetada pelos níveis de ruído	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar um sistema de análise que permita conhecer a evolução das Zonas Sensíveis e Zonas Mistas ao longo do período de vigência do Plano. - Todas as ações a realizar no solo urbano devem respeitar a disciplina constante do Regulamento Geral do Ruído. - Estabelecer um programa de monitorização dos níveis de ruído ambiental. 	
		Planos de redução de ruído		- Estabelecer um procedimento de recolha, tratamento e encaminhamento de reclamações relacionadas com ruído.
		N.º de reclamações por incomodidade sonora		<ul style="list-style-type: none"> - Tratando-se de problemas relevantes, devem ser identificadas as causas e deverão ser implementadas ações que minimizem os efeitos associados, informando o reclamante do que foi feito para resolver e evitar o problema no futuro. - Deverá ser mantido um registo datado das referidas reclamações que identifique os problemas denunciados e o conjunto de ações desenvolvidas pela autarquia.
	Ar			
	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública • Contribuir para a redução da poluição atmosférica • Contribuir para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa • Criar condições para uma mobilidade mais sustentável 	Qualidade do ar	<ul style="list-style-type: none"> - Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera. - Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados. - As empresas sujeitas ao CELE deverão seguir os requisitos de monitorização definidos pela legislação específica. 	
		Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão		- Reorganizar os transportes públicos coletivos, tornando-os mais modernos, eficientes e competitivos.
		Projetos com adoção de soluções que tenham em vista a mobilidade sustentável		<ul style="list-style-type: none"> - Promover uma melhor articulação e compatibilização das infra-estruturas viárias com os modos de transporte pedonal e ciclável. - Implementar medidas adequadas que traduzam os objetivos estabelecidos no “Plano de Mobilidade Sustentável” (2007) desenvolvido pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) e pela APA.
	Energia			
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o aumento da eficiência energética • Utilização racional de energia • Promover a utilização de fontes de 	Consumo de energia (gás, eletricidade)	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético. - Fomentar a implementação de sistemas de gestão de energia, através da avaliação de consumos (programa de monitorização). - Fomentar a racionalização e utilização de energia nomeadamente quando se 	
		N.º de projetos com adoção de soluções de eco-eficiência energética		

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	energia renovável	Produção de energia através de recursos renováveis	verificar a necessidade de cumprimento do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE). - Promover ações de sensibilização relativas à poupança de energia.
Riscos Ambientais	Incêndio		
	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o número de ignições • Reduzir a área ardida 	Área ardida Número de ocorrências de incêndios florestais	- Garantir o cumprimento das medidas estabelecidas no PMDFCI de Arganil.
	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir a ocorrência de incêndios florestais • Fomentar a compartimentação dos espaços florestais 	Meios e verbas disponíveis concedidas às corporações de bombeiros existentes no concelho	- Garantir o apoio, no âmbito das suas responsabilidades, com recursos monetários e materiais às corporações de bombeiros e às suas atividades.
		Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com perigosidade de incêndio alta e muito alta	- Assegurar o cumprimento do estabelecido no Regulamento do PDM de Arganil no que reporta às condições de edificabilidade em espaço florestal. - Garantir o cumprimento das medidas estabelecidas no PMDFCI de Arganil. - Garantir a dinamização das atividades do gabinete técnico florestal.
		Normas de edificação em espaços urbanos confinados ou inseridos em espaços florestais	
		Cumprimento (número) das ações/programas previstos nos Eixos Estratégicos do Plano Municipal de Defesa da Floresta e Contra Incêndios de Arganil	
	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a ocorrência de incêndios em edifícios 	Número de indústrias com Planos de Emergência Internos e de Projetos da Especialidade de SCIE	- Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação.
		Número de ocorrências de incêndios industriais	- Estabelecer e monitorizar a implementação de um plano de sensibilização sobre regras de atuação face à possibilidade de ocorrência de incêndios em edifícios.
		Número de edifícios afetados	- Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação.
	Contaminação florestal		
<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir a ocorrência de contaminação florestal por ação de pragas • Reduzir os efeitos face à ocorrência de contaminação florestal 	Ocorrência de pragas	- Garantir a dinamização das atividades do gabinete técnico florestal. - Colaborar com as entidades responsáveis pelo controlo e monitorização da ocorrência de pragas florestais (GNR e AFN).	
	Área afetada		
	Tipos de pragas		

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Medidas	
	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar o património florestal adotando processos de exploração e conservação florestal que previnam o desenvolvimento de pragas 	Estratégias de exploração e gestão florestal	- Garantir a dinamização das atividades do gabinete técnico florestal nos domínios da sensibilização e informação, nomeadamente nos domínios das boas práticas de exploração florestal.	
	Cheias			
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar os níveis de proteção do solo dentro do perímetro urbano • Minimizar os impactos das cheias • Controlar a impermeabilização do solo 	Área impermeabilizada Normas de controlo da impermeabilização do solo Edifícios em áreas com risco de cheia	- Garantia das condições de adequado funcionamento hidráulico e hidrológico dos cursos de água em situação de leito normal ou de cheia. - Sempre que se esgotarem as possibilidades de adoção de medidas não estruturais deverá ser estudada a viabilidade técnica e económica da minimização dos efeitos das cheias e inundações através da adoção de medidas estruturais, nomeadamente bacias de retenção, laminagem de cheia e diques de proteção. - Salvaguardar que as zonas ameaçadas pelas cheias delimitadas no âmbito da REN, se articulam com as demarcadas no âmbito do Plano Municipal de Emergência.	
	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a possibilidade de ocorrência de cheias/inundação dentro do perímetro urbano • Racionalizar a expansão urbana 	Ocorrência de cheias/inundação Áreas inundadas Infra-estruturas afetadas		
	Acidentes Industriais			
	<ul style="list-style-type: none"> • Minimizar os efeitos face à ocorrência de acidentes industriais 	Número de indústrias com Planos de Emergência Internos e de Projetos da Especialidade de SCIE		- Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação.
		Área impermeabilizada afeta a uso industrial	- Garantir o cumprimento de boas práticas de conservação e preservação do solo em fase de construção e seguimento de projetos.	
	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir a ocorrência de acidentes industriais 	Número de ocorrências de derrame	- Garantir o cumprimento do estabelecido no PME e no Regulamento de Planos de Pormenor.	
		Área de terreno afetada em resultado de ocorrência de derrame		
		Número de ocorrências de explosão		

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	<p>Erosão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo • Aumentar os níveis de proteção do solo • Diminuir a probabilidade de ocorrência de erosão 	<p>Medidas de contenção face à ocorrência de erosão</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o cumprimento de boas práticas de conservação e preservação do solo em fase de construção e seguimento de projetos. - Controlar os processos de erosão fluvial através da manutenção e/ou promoção da vegetação ripícola, entre outros processos. - Assegurar a conservação do solo, a manutenção do equilíbrio dos processos morfogenéticos e pedogenéticos, a regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial e a redução da perda do solo com colmatação dos solos a jusante e assoreamento das massas de água. - Garantir o estabelecido no PMDFCI de Arganil no que se refere à reflorestação.

¹ – Medidas propostas no âmbito do PNUEA

² – Medidas propostas no âmbito da ENEAPAI

³ – Medidas propostas no âmbito do PEAASAR II

Quadro 4 – Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município de Arganil relativamente às metas pretendidas para a área do Plano

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Ordenamento do Território					
	População Residente	N.º	12382	2010 (INE)	Anual	*
	Solo Rural	ha	31672,1	2015 (CMA)	Anual	31672,1
	Solo Urbano	ha	1527,9	2015 (CMA)	Anual	1527,9
	Planos Municipais de Ordenamento do Território	N.º	0	2010(DGOTDU)	Anual	0
	Espaços naturais	ha	767,7	2015 (CMA)	Anual	767,7
	Estrutura Ecológica Municipal	ha	21839,8	2015 (CMA)	Anual	*
	REN	ha	15513,4	2015 (CMA)	Anual	15513,4
	Percentagem de REN com ocupações compatíveis	%	0,02	2015 (CMA)	Anual	*
	RAN	ha	2169,8	2015 (CMA)	Anual	2169,8
	Percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas	%	-	CMA	Anual	*
	Rede Natura	ha	749	2006 (ICN)	Anual	749
	Espaço Florestal	ha	25501,3	2015 (CMA)	Anual	25501,3
	Espaço Agrícola	ha	4713,0	2015 (CMA)	Anual	4713,0
	Solos urbanizados	ha	1247,2	2015 (CMA)	Anual	1247,2
	Solo urbanizável (solo cujo urbanização é possível programar)	ha	280,7	2015 (CMA)	Anual	280,7
	Relação entre a área do solo urbanizável e o total de solo urbano	%	18,37	2015 (CMA)	Anual	*
	Relação entre a área do solo urbanizado e o total de solo urbano	%	81,63	2015 (CMA)	Anual	*
	Taxa de ocupação de loteamentos urbanos	%	-	CMA	Anual	*
	UOPG	N.º	4	2015 (CMA)	Anual	4
UOPG	ha	194,45	2015 (CMA)	Anual	194,45	
Solo Urbano afeto à estrutura ecológica municipal	ha	7	2015 (CMA)	Anual	7	
Rede Viária	km	532	2015 (CMA/EP)	Anual	*	
Transportes (empresas)	N.º	1	2015 (CMA)	Anual	1	

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município
	Competitividade e Desenvolvimento Regional					
	Espaços de atividades económicas	N.º	4	2015 (CMA)	Anual	4
	Espaços de atividades económicas (em solo urbanizado)	ha	156,1	2015 (CMA)	Anual	*
	Relação entre a área afeta a uso industrial e a área do município	%	0,47	2015 (CMA)	Anual	0,47
	Taxa de execução do espaço industrial	%	23	2012 (CMA)	Anual	*
	Taxa de ocupação dos espaços industriais	%	67	2012 (CMA)	Anual	*
	Atividades económicas instaladas no concelho	N.º	1127	2009 (INE)	Anual	+10%
	Número de estabelecimentos industriais em solo rural	N.º	-	CMA	Anual	*
	Número de agroindústrias	N.º	-	CMA	Anual	*
	Índice de Poder de Compra	%	61,6	2009 (CCDR)	Anual	85 (valor da região centro)
	IRS	€/hab	287,9	2011 (CCDR)	Anual	300 (valor da sub-região)
	IRC	€/hab	57	2011 (CCDR)	Anual	90 (valor da sub-região)
	Taxa de Atividade	%	43,1	2001 (INE)	Anual	≥ 43,1
	Taxa de Desemprego	%	4,9	2001 (INE)	Anual	≤ 4,9
	Estruturas de apoio à formação profissional	N.º	2	2012 (IEFP)	Anual	2
	Qualidade de Vida					
	Espaços Verdes (integrados na Estrutura Ecológica Urbana)	ha	5,6	2015 (CMA)	Anual	≥ 5,6
	Lista de intervenções de valorização paisagística/ambiental	N.º	2 ^(a)	2012 (CMA)	Anual	*
	Lista de projetos/intervenções de qualificação no espaço público	N.º	^(b)	2012 (CMA)	Anual	*
	Equipamentos de utilização coletiva	N.º	119	2011 (CMA)	Anual	*
	Estudos/Planos com vista à obtenção de efeitos multiplicadores na promoção da mobilidade	N.º	1	2012 (CMA)	Anual	*

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas					
	Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) para o ordenamento das Áreas Classificadas	N.º e tipo	3 – POAPPSA, PSRN2000 e PDM de Arganil	2012 (Diversos)	Anual	3
	Ações de manutenção e gestão da paisagem	N.º	7	2011 (ICNB)	Anual	≥7
	Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados	N.º	0	2012 (ICNB)	Anual	5
	Ações e elementos de divulgação	N.º	6	2012 (ICNB) e 2012 (CMA)	Anual	≥6
	Área classificada com plano de gestão	ha	0	2012 (ICNB)	Anual	346
	Medidas estratégicas de minimização de impacto das catástrofes naturais	N.º	5	2012 (PNDFCI)	Anual	≥5
	Espécies ameaçadas e protegidas	N.º	50 espécies de flora; 3 invertebrados; 105 aves; 7 anfíbios e 11 répteis	2006 (ICNB)	Anual	Manter
	Ações de conservação de espécies	N.º	1	2011 (ICNB)	Anual	≥1
	Habitats classificados	N.º e ha	12/700	2006/ICNB	Anual	12/700
	Ações de conservação de habitats	N.º	-	-	Anual	-
	Estrutura Ecológica Municipal					
	Área do concelho integrada na EEM	Km ²	0	1995 (PDM)	Anual	246,8
	Sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM	Tipo (N.º) e Área (ha)	0	1995 (PDM)	Anual	5 – REN, RAN, Rede Natura 2000, Regime Florestal e Urbanos Espaços Verdes

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município
	Gestão, Conservação e Valorização da Floresta					
	Zonas de Intervenção Florestal	N.º	4	2011 (AFN)	Anual	≥4
	Área florestal inserida em espaço natural	ha	0	1995 (PDM)	Anual	0
	Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	ha	5337	2012 (CMA)	Anual	≥5337
	Áreas de distribuição das espécies invasoras	ha	3191,29	2012 (CMA)	Anual	<3191,29
	Ações de controlo de espécies vegetais invasoras	N.º	2	2006 (ESAC)	Anual	≥2
	Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	N.º	3	2012 (CMA)	Anual	≥3
	Aproveitamento de linhas de água para o incremento de atividades lúdicas devidamente reguladas	N.º	5	2012 (CMA)	Anual	≥5
	Património geomorfológico classificado	N.º	0	2006 (APG)	Anual	2
	Identidade Histórica e Cultural					
	Obras em edifícios históricos (recuperação / manutenção)	N.º	-	CMA	Anual	*
	Reabilitação de edifícios urbanos degradados	N.º	2	2011 (CMA)	Anual	*
	Imóveis classificados	N.º	Património arquitetónico	2011 (IGESPAR)	Anual	*
			Património arqueológico	2015 (DRCC)		
	Imóveis em vias de classificação	N.º	Património arquitetónico	2011 (IGESPAR)	Anual	*
			Património arqueológico	2015 (DRCC)		
	Sítios arqueológicos inventariados	N.º	103	2015 (DRCC)	Anual	*
	Imóveis com interesse patrimonial	N.º	26	2011 (CMA)	Anual	*
	Aldeias Históricas	N.º	1	2011 (CMA)	Anual	*
	Aldeias do Xisto	N.º	2	2011 (CMA)	Anual	*
	Projetos de requalificação das Aldeias Históricas e de Xisto reconhecidas em Arganil	N.º	2	2011 (CMA)	Anual	≥ 2
	Produtos tradicionais de qualidade protegida	N.º	6	2011 (CMA)	Anual	≥ 6
	Eventos tradicionais e culturais	N.º	12	2011 (CMA)	Anual	*
	Turismo					
	Rotas e percursos	N.º	11	2011 (CMA)	Anual	≥ 11
	Empresas de Animação na área do Turismo Ativo	N.º	2	2011 (CMA)	Anual	*

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município	
	reconhecidas como Turismo de Natureza pelo Turismo de Portugal, I.P.						
	Ações de divulgação turística	N.º	-	CMA	Anual	*	
	Unidades hoteleiras classificadas	Estabelecimentos Hoteleiros	N.º	3	2011 (Turismo de Portugal)	Anual	*
		Empreendimentos de Turismo de Habitação	N.º	2		Anual	*
		Parques de Campismo e Caravanismo	N.º	2		Anual	*
	Estada média no estabelecimento	N.º de noites	1,6	2007 (INE)	Anual	*	
	Número de visitantes anuais do concelho	N.º	14522	2011 (CCDRC)	Anual	*	
Qualidade Ambiental	Resíduos						
	Produção de Resíduos Sólidos Urbanos	ton/ano	3996	2011 (CMA)	Anual	Reduzir em 5%	
	Resíduos Sólidos Urbanos desviados de aterro (% RSU valorizados/RSU produzidos *100)	%	11	2010 (INE)	Anual	Aumentar em 5%	
	Água						
	Qualidade da água superficial	Classe	Razoável	2009 (INAG)	Anual	*	
	Qualidade da água subterrânea	Captção 233/2	Classe	A3 – Manganês	2009 (INAG)	Anual	*
		Captção 243/4	Classe	A3 – Manganês e Oxigénio dissolvido (sat)	2009 (INAG)	Anual	*
	Consumo de água por habitante	m ³ /ano	55	2009 (INE)	Anual	Reduzir em 5%	
	População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	%	100	2012 (CMA)	Anual	Manter	
	Percentagem de água captada que provêm de captações com perímetros de proteção ou de albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento definido	%	0	2012 (CMA)	Anual	≥95%	
	Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados estejam de acordo com a legislação	%	100	2011 (CMA)	Anual	100%	
População servida por sistema de drenagem de águas residuais	%	92	2012 (CMA)	Anual	95%		

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município
	População servida por sistema de tratamento de águas residuais	%	75	2012 (CMA)	Anual	95%
	Percentagem de população equivalente servida pelo sistema público de saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva licença	%	40,54	2013(ERSAR)	Anual	≥80%
	Percentagem de população equivalente servida por fossas sépticas coletivas	%	25,19	2013(ERSAR)	Anual	*
	Percentagem de reutilização de águas residuais tratadas	%	0	2013(ERSAR)	Anual	≥10%
	Percentagem de águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas de drenagem	%	-	2012 (CMA)	Anual	≤20%
	N.º de explorações agro-pecuárias existentes	N.º	57	2011 (DRAPC)	Anual	*
	N.º de explorações pecuárias com Planos de Gestão de Efluentes Pecuários	%	-	2012 (DRAPC)	Anual	*
	Número de situações anómalas denunciadas relativas às explorações agro-pecuárias	N.º	0	2011 (CM)	Anual	*
	Percentagem de água captada que é efetivamente utilizada e não perdida	%	64,6	2012 (CMA)	Anual	≥ 80
	Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água (Sistema de monitorização da rede de abastecimento de água e ações de educação ambiental sobre questões relacionadas com a água)	N.º	2	2012 (CMA)	Anual	≥ 2
	Ruído					
	População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 65 dB (A) - Zonas mistas	%	-	CMA	Anual	*
	População exposta a níveis sonoros LAeq nocturno > 55 dB (A) – Zonas mistas	%	-	CMA	Anual	*
	População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 55 dB (A) – Zonas sensíveis	%	-	CMA	Anual	*
	População exposta a níveis sonoros LAeq nocturno > 45 dB (A) – Zonas sensíveis	%	-	CMA	Anual	*
	Número de reclamações por incomodidade sonora	N.º	4	2010 (CMA)	Anual	0

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município	
	Planos de redução de ruído	N.º	-	CMA	Anual	*	
	Ar						
	Qualidade do ar	Classe	Bom	2010 (Qualar)	Anual	Manter	
	Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão	N.º	1	2011 (APA)	Anual	Manter	
	Projetos com adoção de soluções que tenham em vista a mobilidade sustentável (Projetos relacionados com a Mobilidade Pedonal, Mobilidade Rodoviária e Mobilidade Ciclável)	N.º	3	2011 (CMA)	Anual	≥3	
	Energia						
	Consumo de Energia Elétrica	tep/ano	12 197,69	2009 (DGEG)	Anual	Reduzir em 5%	
	N.º de projetos com adoção de soluções de eco-eficiência energética	N.º	29	2011 (CM)	Anual	*	
	Produção de energia através de recursos renováveis	tep/ano	-	DGEG	Anual	*	
Riscos Ambientais	Risco Incêndio						
	Número de ocorrências de incêndio	Nº/ano	6	2010 (AFN)	Anual	0	
	Área ardida	Povoamentos	ha/ano			11,78	0
		Matos	ha/ano			9,98	0
	Normas de edificação em espaços urbanos confinados ou inseridos em espaços florestais	Nº	-	CMA	Anual	*	
	Cumprimento das ações/programas previstos nos eixos estratégicos do PMDFCI de Arganil	Nº/ano	-	CMA	Anual	*	
	Número de ocorrências de incêndios industriais	Nº/ano	2	2010 (CMA)	Anual	0	
	Número de edifícios afetados	Nº/ano	1	2010 (CMA)	Anual	0	
	Número de indústrias com Planos de Emergência Internos e de Projetos da Especialidade da SCIE ^(c)	Nº	-	CMA	Anual	*	
	Corporações de agentes envolvidos no combate a incêndios (bombeiros, proteção civil, outros)	Nº	4	2012 (CMA)	Anual	4	
Meios e verbas disponíveis concedidas às corporações de bombeiros existentes no concelho	€/ano	-	CMA	Anual	*		

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município
	Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com perigosidade de incêndio alta a muito alta	%	-	CMA	Anual	0
	Contaminação Florestal					
	Ocorrência de pragas	Nº/ano	2	2010 (CMA)	Anual	0
	Área afetada	ha	9460	2010 (CMA)	Anual	0
	Tipos de praga	Tipologia	3	2010 (CMA)	Anual	0
	Cheias					
	Áreas inundadas	ha/ano	-	CMA	Anual	0
	Ocorrência de cheias/inundação	Nº/ano	-	CMA	Anual	0
	Infra-estruturas afetadas	Nº	-	CMA	Anual	0
	Área impermeabilizada	ha	-	CMA	Anual	*
	Edifícios em áreas de risco de cheia	Nº	-	CMA	Anual	*
	Normas de controlo da impermeabilização do solo	Nº	-	CMA	Anual	*
	Acidentes Industriais					
	Número de ocorrências de derrame	Nº/ano	0	2012 (CMA)	Anual	0
	Área de terreno contaminada em resultado de ocorrência de derrame	ha/ano	0	2012 (CMA)	Anual	0
	Número de ocorrências de explosão	Nº/ano	0	2012 (CMA)	Anual	0
	Área impermeabilizada afeta a uso industrial	ha	-	CMA	Anual	*
	Erosão					
	Medidas de contenção face à ocorrência de erosão	Nº/ano	-	CMA	Anual	*

* Indicadores importantes para efeitos de monitorização, na Fase de Acompanhamento/Seguimento do Plano (não tendo sido atribuída nenhuma meta) recomendando-se, quando necessário, a elaboração de estudos de suporte à sua caracterização.

(a) Requalificação das margens da Ribeira de Folques (margem direita concluída e está a decorrer o projeto de requalificação da margem esquerda)

(b) Não quantificado

(c) Indicador comum com o domínio “Acidentes Industriais”

Para que a proposta de revisão do PDM de Arganil apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, deverão ser cumpridas as medidas propostas no Plano de Controlo, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

Avaliada a eficácia do plano de controlo, a sua revisão permitirá aferir, reforçar ou corrigir, aspetos contemplados nas medidas de controlo que terão influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.

